



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000575-83.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Levantamento de Valor**
 Exequente: **Larissa Varella Bacha**
 Executado: **'Banco do Brasil S/A**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

LARISSA VARELLA BACHA propôs ação de cumprimento de sentença contra o **BANCO DO BRASIL S/A**, alegando ser credora da quantia de R\$3.489,93, por conta de título judicial de ação coletiva. Requereu a citação do banco executado para pagamento da quantia, a inversão do onus probatório e pugnou pelo diferimento das custas processuais.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 14/47.

A decisão de fl. 48 deferiu o diferimento pleiteado.

Citado (fl. 53) o banco executado ofereceu impugnação ao cumprimento de sentença (fls. 54/72), bem como efetuou depósito do valor pleiteado (fl. 81). Juntou documentos às fls. 73/79.

Réplica às fls. 85/104. A exequente juntou novos documentos, inclusive a certidão de objeto e pé correta, visto que se trata de ação visando o recebimento dos expurgos inflacionários advindos da poupança-ouro, mantida junto ao Banco do Brasil e não junto à Nossa Caixa Nosso Banco, como informado na inicial.

Suspensão do feito (fl. 315), com seu retorno ante a desafetação dos REsp nº 1.361.799 e 1.438.263 e cancelamento dos Temas 947 e 948, do STJ.

É o relatório.

Fundamento de decido.

Embora a petição inicial se embase inteiramente no cumprimento da sentença resultado a Ação Civil Pública nº 0403263-60.1993.8.26.0053, imposta em face da Nossa Caixa Nosso Banco, observo que o título exequendo se refere à conta poupança-ouro, mantida junto ao Banco do Brasil (vide fl. 20).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

À fl. 86 a exequente faz breve menção ao erro cometido, juntando às fls. 105/106, a certidão de objeto e pé referente ao processo correto.

Pois bem, o título que aparelha a execução não ostenta executividade, uma vez que se encontra prescrito. A ação civil pública foi ajuizada no ano de 1.993, e a sentença foi proferida em 06/11/1998, transitada em julgado em 27/10/2009, conforme se vê da certidão de objeto e pé juntada, sendo este o termo inicial do prazo prescricional.

O prazo prescricional para a hipótese de execução individual lastreada em ação civil pública é quinquenal conforme decidiu o Eg. Superior Tribunal de Justiça:

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL DA EXECUÇÃO INDIVIDUAL. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA DO PROCESSO DE CONHECIMENTO TRANSITADA EM JULGADO. INAPLICABILIDADE AO PROCESSO DE EXECUÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. TESE CONSOLIDADA. 1- para os efeitos do art. 543-C do Código de Processo Civil, foi fixada a seguinte tese: "No âmbito do Direito Privado, é de cinco anos o prazo prescricional para ajuizamento da execução individual em pedido de cumprimento de sentença proferida em Ação Civil Pública ". 2- no caso concreto, a sentença exequenda transitou em julgado em 3.9.2002 (e-STJ fls. 28) e o pedido de cumprimento de sentença foi protocolado em 30.12.2009 (e-STJ fls. 43/45), quando já transcorrido o prazo de 5 (cinco) anos, estando, portanto, prescrita a pretensão executória".

Não obstante posições em contrário, entendo não ter o Ministério Público legitimidade para tutelar direitos individuais disponíveis, como no presente caso, motivo pelo qual fica afastada a tese de que a prescrição teria sido interrompida e não ocorreu.

Confira-se ainda :

"APELAÇÃO CÍVEL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS. PRAZO QUINQUENAL. EXPIRADO. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. MEDIDA CAUTELAR DE PROTESTO. MINISTÉRIO PÚBLICO. ILEGITIMIDADE ATIVA. INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO. NÃO VERIFICADA.1. Expirado o prazo quinquenal para o


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ajuizamento da execução individual de sentença proferida em Ação Civil Pública, impõe-se o reconhecimento da prescrição. 2. Não tem legitimidade o Ministério Público para propor Medida Cautelar Inominada visando exclusivamente a interrupção da prescrição do prazo para o ajuizamento da execução individual ao argumento que inúmeros poupadores ainda não buscaram a efetivação de seu crédito por desconhecimento da existência da ação coletiva ou por interpretar que o julgamento pendente na corte suprema poderia afetar o seu direito, posto que na presente fase processual, o direito de cada parte já se encontrava individualizado, pendente de liquidação e disponível para iniciar a execução desde 27/10/2009, inaplicável os artigos 97 e 98 do CDC. 3. Conforme precedentes do STJ: A legitimidade do Ministério Público para instaurar a execução exsurgerà - se for o caso - após o escoamento do prazo de um ano do trânsito em julgado se não houver a habilitação de interessados em número compatível com a gravidade do dano, nos termos do art. 100 do CDC. É que a hipótese versada nesse dispositivo encerra situação em que, por alguma razão, os consumidores lesados desinteressam-se quanto ao cumprimento individual da sentença, retornando a legitimação dos entes públicos indicados no art. 82 do CDC para requerer ao Juízo a apuração dos danos globalmente causados e a reversão dos valores apurados para o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (art. 13 da LACP), com vistas a que a sentença não se torne inócua, liberando o fornecedor que atuou ilicitamente de arcar com a reparação dos danos causados (REsp 869.583/DF)".

O pedido de cumprimento de sentença somente foi distribuído em 15/01/2016, ou seja, após o lapso de cinco anos do trânsito em julgado da ação civil pública, estando, portanto, prescrita a pretensão executória.

Assim, é de rigor extinção do feito, salientando-se que a prescrição é matéria que pode ser conhecida de ofício, conforme disposto no artigo 322, § 1º, do Novo Código de Processo Civil (Apelação Civil nº 990.10.036655-6, 20ª Câmara de Direito Privado do TJSP, Rel. Desembargado REBELLO PINHO).

Ante o exposto, reconheço a prescrição e **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido inicial, com exame do mérito, com fundamento no artigo 487, inciso II, do Novo Código de Processo Civil.

A exequente arcará com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios que fixo em 10% do valor dado à causa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Por fim, observo que já pela segunda vez neste juízo, a ação fora intentada de maneira errônea, tratando-se em realidade de título executivo referente à Poupança-Ouro, junto ao Banco do Brasil e não referente à poupança junto da Nossa Caixa. Caso idêntico, inclusive com as mesmas patronas, se deu nos autos da ação nº 1000562-84.2016.8.26.0566. Por ora, por imaginar – espero que de forma correta – por simples coincidência dos fatos, deixo de analisar possível má-fé das patronas, o que passará a ocorrer, caso surjam novas ações com o mesmo erro.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após o prazo, com ou sem resposta, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do estado de São Paulo.

Com o trânsito em julgado, intime-se a exequente para recolhimento das custas processuais diferidas, bem como expeça-se mandado de levantamento em favor do executado, referente ao valor depositado à fl. 81.

Cumpridas as determinações, archive-se definitivamente, com as baixas necessárias.

P.I.

São Carlos, 14 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**